



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**COMANDO-GERAL DE APOIO**

PORTARIA COMGAP Nº 555/ADLN DE 8 DE JANEIRO DE 2025.  
Protocolo COMAER nº 67100.000119/2025-91.

Aprova a Instrução que dispõe sobre a aplicação da catalogação à logística.

**O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO COMANDO-GERAL DE APOIO**, no uso da delegação de competência estabelecida na alínea “b” do inciso I do art. 1º da Portaria COMGAP nº 295/SSRH, de 10 de julho de 2023, , e considerando o que consta no Processo nº 67051.000693/2024-91, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução (ICA 401-1) para a Aplicação da Catalogação à Logística.

Art. 2º Revoga-se a Portaria COMGAP nº 10/ADNP, de 04 de fevereiro de 2021, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 027, de 09 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar JOSÉ MADUREIRA JUNIOR  
Chefe do Estado-Maior do COMGAP

**MISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
CENTRO DE CATALOGAÇÃO DA AERONÁUTICA



**CATALOGAÇÃO**

**ICA 401-1**

**APLICAÇÃO DA CATALOGAÇÃO À  
LOGÍSTICA**

**ANEXO I**  
**APLICAÇÃO DA CATALOGAÇÃO À LOGÍSTICA (ICA 401-1)**  
**SUMÁRIO**

	<b>Art.</b>
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	
Seção I - Da finalidade, siglas e documentação básica .....	1º/4º
Seção II - Conceituações .....	5º
CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES GERAIS	
Seção I - Responsabilidade.....	6º
Seção II - Aplicabilidade .....	7º
Seção III - Catalogação e Logística .....	8º/19
Seção IV - Visão Geral Sobre os Sistemas de Catalogação.....	20/28
Seção V - Da Cláusula Contratual de Catalogação (CCC) .....	29/35
CAPÍTULO III - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS .....	36/38
CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS .....	39

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Seção I**

**Da finalidade, siglas e documentação básica**

Art. 1º A presente Instrução visa difundir a importância da atividade de Catalogação no gerenciamento de materiais, com reflexos diretos na redução dos estoques, economia durante o ciclo de vida dos materiais e rastreamento de fontes de obtenção.

Art. 2º Tem por objetivo estabelecer os princípios, as atribuições e as responsabilidades específicas que proporcionem a coordenação e a aplicação uniforme da Cláusula Contratual de Catalogação (CCC), no âmbito do COMAER, como forma de garantir a obtenção das informações técnicas e logísticas necessárias ao perfeito gerenciamento dos Itens de Suprimento (IS).

Art. 3º As siglas, abaixo relacionadas, encontram-se no corpo do presente documento e têm os seguintes significados:

I - AC/135 - **Allied Committee** 135 - Grupo de Diretores Nacionais de Catalogação filiados ao Sistema OTAN de Catalogação (SOC);

II - ACodP-1 - **Allied Codification Publication** nº 1 - Manual OTAN de Catalogação;

III - BSC - **Budget and Strategic Planning Committee** - Comitê de Planejamento Estratégico e Orçamento do SOC;

IV - CCC - Cláusula Contratual de Catalogação;

V - CASLODE - Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa;

VI - CECAT - Centro de Catalogação da Aeronáutica;

VII - CODEMP - Código de Empresa;

VIII - IIG - **Item Identification Guides** - Guia de Identificação de Item;

IX - MOU - **Memorandum of Understanding** - Memorando de Entendimento;

X - NATO - **North Atlantic Treaty Organization** – Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN);

XI - NCAGE - **NATO Commercial and Governmental Entity Code** - Código OTAN da Organização Comercial e Governamental;

XII - NSPA - **NATO Support and Procurement Agency** – Agência OTAN de Suporte e Compras;

XIII - NCB - **National Codification Bureau** - Escritório Nacional de Catalogação;

XIV - NMCRL - **NATO Master Catalogue of References for Logistics** – Catálogo OTAN de Referências para Logística;

XV - NSN - **NATO Stock Number** - Número de Estoque da OTAN;

XVI - OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte;

XVII - SILOMS - Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços;

XVIII - SISCAE - Sistema de Catalogação da Aeronáutica;

XIX - SISCADE - Sistema de Catalogação de Defesa;

XX - SISCAT-BR - Sistema de Catalogação Brasileiro;

XXI - SOC - Sistema OTAN de Catalogação;

XXII - STANAG - **NATO Standardization Agreement** - Acordo de padronização da OTAN;

XXIII - TSWG - **Transformation Steering Work Group** - Grupo Técnico de desenvolvimento de Tecnologia da Informação do AC/135; e

XXIV - 3C - Central de Coordenação de Catalogação.

Art. 4º A documentação básica para a aplicação desta Instrução é composta por:

I - ACodP-1- Manual OTAN de Catalogação;

II - decreto nº 2.553 de 16/04/1998, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial;

III - decreto nº 3.555 de 08/08/2000, que regula a Modalidade Pregão;

IV - decreto Nº 10.024 de 20/09/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens, e a contratação de serviços comuns incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

V - decreto nº 7.970 de 28/03/2013, que regulamenta os dispositivos da Lei nº12.598 de 21/03/2012;

VI - lei nº 12.598 de 21/03/2012, que estabelece as normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa;

VII - lei nº 9.279 de 14/05/1996, que regula os direitos e as obrigações relativos à propriedade industrial;

VIII - lei nº 14.133 de 01/04/2021, que trata da Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

IX - MD40-M-02 de 10/07/2020, que trata do Manual do Sistema de Catalogação de Defesa;

X - MCA 10-4 de 2001, que trata do Glossário da Aeronáutica;

XI - MD35-G-01 de 2015, que trata do Glossário das Forças Armadas;

XII - MD42-M-02 de 2016, que versa sobre a Doutrina de Logística Militar;

XIII - NSCA 401-1 de 2024, que dispõe da Estrutura e Funcionamento do SISCAE;

XIV - portaria DIRMAB N° 32 de 09/03/2007, que aprova a edição do Manual de Suprimento (MCA 67-1);

XV - portaria nº 129/GC4 de 05/03/2007, que aprova a Diretriz que dispõe sobre Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais da Aeronáutica (DCA 400-6);

XVI - portaria nº 639/GC3 de 11/12/2023, que dispõe sobre o Sistema de Catalogação da Aeronáutica (SISCAE), no âmbito do COMAER;

XVII - RCA 12-1 de 2021, que dispõe do Regulamento de Administração da Aeronáutica;

XVIII - STANAG 3150, que dispõe do Sistema Padrão de Classificação de Suprimentos;

XIX - STANAG 3151, que dispõe do Sistema Padrão de Identificação de Itens de Suprimento;

XX - STANAG 4177, que dispõe do Sistema Padrão para Captação de Dados de Catalogação;

XXI - STANAG 4199, que dispõe do Sistema Padrão para o Intercâmbio de Dados de Gerenciamento de Material; e

XXII - STANAG 4438, Sistema Padrão para a Disseminação de Dados Associados aos NSN.

## **Seção II**

### **Conceituações**

Art. 5º Para os fins desta Instrução, adotam-se as seguintes definições:

I - agência ou seção de catalogação – órgão técnico integrante do SISCAE, interno de cada Força, responsável pela catalogação de determinada categoria de material e subordinada à Central de Coordenação de Catalogação da respectiva Força;

II - autoridade catalogadora – Gestor ou Gerente de Catalogação é o elo do SISCAE que, uma vez designado e supervisionado pelo Órgão Central (CECAT), é responsável por assessorar a Autoridade Contratante na elaboração da CCC e, posteriormente, analisar os dados técnicos resultantes da aplicação da referida cláusula. O Gestor ou Gerente de Catalogação atuará desde a confecção da CCC até a entrega final dos dados codificados no modelo Sistema OTAN de Catalogação, acompanhando cada etapa do processo de catalogação. O objeto a ser analisado e trabalhado pela Autoridade Catalogadora será o definido pela Autoridade Logística, conforme inciso IV do presente artigo;

III - autoridade contratante – Unidade Gestora da Aeronáutica que venha a divulgar editais ou celebrar contratos de aquisição de meios, equipamentos, sistemas, ou qualquer outro material que configure ou contenha Itens de Suprimento;

IV - autoridade logística – Agente Público, pertencente a Organização Militar responsável pela gestão logística dos diversos Sistemas (Aeronáuticos ou não) do COMAER, que uma vez encarregado pela Autoridade Contratante, é o responsável pela definição do universo de Itens de Suprimento considerados objetos de uma CCC. Caberá à Autoridade Logística, também, definir e analisar os dados gerenciais, atuando desde o início do processo de contratação;

V - catalogação – é o conjunto de tarefas, normas e procedimentos para a coleta de dados técnicos e o estabelecimento da identificação de itens e de empresas, ordenados na forma de um catálogo, de interesse do Ministério da Defesa ou de uma Força;

VI - catálogo – é uma compilação eletrônica de dados desenvolvidos, de acordo com requisitos predeterminados, normalmente destinados a categorizar, nomear e numerar itens ou produtos, para fornecer uma gestão logística eficaz e eficiente;

VII - Central de Coordenação de Catalogação (3C) – órgão integrante do SISCAD, interno de cada Força singular ou segmento governamental, responsável pela coordenação e fiscalização das atividades de catalogação na respectiva Força ou esfera de governo, sendo também o único interlocutor entre as Seções/Agências/Unidades de Catalogação e o CASLODE;

VIII - Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa (CASLODE) – órgão central do SISCAD e Escritório Nacional de Catalogação do Brasil, responsável pela coordenação das atividades técnicas, gerência e centralização das informações em uma base de dados única, bem como o único interlocutor entre o Brasil, a NSPA e os demais países participantes do SOC;

IX - ciclo de vida – conjunto de procedimentos que vai desde a detecção da necessidade operacional, seu pleno atendimento por intermédio de um Sistema ou Material, a confrontação deste com os requisitos estabelecidos, o seu emprego, a avaliação operacional, a sua oportuna modernização ou revitalização até a sua desativação;

X - código de empresa (CODEMP/NCAGE) – código atribuído, no âmbito do SISCAD/SOC, a toda organização que detiver ascendência sobre o projeto ou fabricação de determinado item. Assim, devem receber CODEMP/NCAGE não só os fabricantes, como também órgãos padronizadores, proprietários de projetos e outros, conforme preconizado pelo ACodP-1;

XI - comissão de recebimento de bens ou serviços – agentes da administração, designados pela autoridade competente, que recebem, em comissão, a atribuição temporária e específica, definida em ato próprio, para o recebimento de bens ou serviços pactuados entre a Administração com terceiros ou com Órgãos e Entidades da própria Administração Pública, conforme Lei de Licitações, por meio de instrumentos contratuais (empenhos, contratos, convênios, acordos, ajustes, termos de ajustes, termos de cooperação, instrumentos congêneres, outros), observada a legislação que trata da matéria e as orientações emanadas das esferas competentes, devendo conter, pelo menos, um membro com conhecimento técnico-especializado acerca do bem/serviço a ser recebido, de acordo com o RADA-e;

XII - componente – qualquer item que seja parte integrante de um produto ou, ainda, todo artigo fabricado para utilização em subconjuntos ou conjuntos, quando tal artigo se encontra relacionado ou especificado em desenho, ordem técnica ou publicação do conjunto ou subconjunto;

XIII - conjunto – agregado de subconjuntos ou peças, formado para executar uma função específica quando isoladamente ou acoplado a uma unidade ou equipamento;

XIV - dados gerenciais – são dados relacionados à gestão dos itens de suprimento, incluindo dados de relacionamento com outros itens, documentos ou condições de gerenciamento, que não afetem o conceito do item em si, e que irão facilitar o manuseio, a estocagem, a obtenção, a conservação e o transporte dos materiais;

XV - dados técnicos – são dados necessários à identificação dos itens de suprimento, aqueles que contêm especificações mecânicas, químicas, físicas e de desempenho, permitindo assim: a atribuição de nome, classificação, codificação de características e registro do NSN. Os dados técnicos

podem estar presentes nos seguintes documentos: esboços de catalogação, projetos, desenhos técnicos, catálogo ilustrado de peças, especificações e normas, dentre outros;

XVI - depuração – atividade contínua que consiste na execução de tarefas que permitam a revisão e/ou correção, nos sistemas logísticos, dos dados de identificação e gerenciamento de itens de suprimento e de empresas implantados cadastrados nos sistemas logísticos em uso no COMAER;

XVII - documentação técnica – conjunto de informações relacionadas aos Itens de Suprimento objetos da CCC que, uma vez fornecidos pela CONTRATADA, contenham os dados técnicos para a catalogação e os dados gerenciais, que possibilitarão o cadastro dos IS nos sistemas logísticos de uso no COMAER. São consideradas como documentação técnica as seguintes informações:

a) dados descritivos dos Itens de suprimento com todas as suas especificações mecânicas, físicas, químicas e de desempenho e que permitam, sempre que possível, sua catalogação pelo Método Descritivo Completo, conforme regras de negócio do SOC;

b) informações que permitam a relação inequívoca entre os números de referência de peças, conjuntos de peças ou objetos, e seus respectivos documentos técnicos (desenhos, projetos, manuais, catálogos, etc.);

c) dados das organizações privadas e governamentais que fabriquem ou detenham a especificação técnica utilizada nas atividades de reparo, manutenção, revisão, certificação e normalização dos Itens de Suprimento;

d) informações gerenciais úteis às atividades de planejamento, obtenção, implantação, manuseio, estocagem, manutenção, conservação, transporte e o controle das demais atividades logísticas, envolvendo os materiais e seus respectivos Itens de Suprimento, a critério da Autoridade Logística; e

e) dados referentes à padronização, especificação, nacionalização, certificação, codificação comercial, reprodução de Itens de Suprimento e outras informações relevantes, a critério da Autoridade Logística.

XVIII - equipamento – conjunto de componentes (unidades, conjuntos, subconjuntos e peças), intimamente relacionados, capaz de produzir um determinado trabalho ou atender a determinada função, utilizando alguma forma de energia mecânica, elétrica, eletromecânica, eletromagnética, térmica, dentre outras;

XIX - ficha de catalogação – documento que visa simplificar os dados técnicos entregues pelo fornecedor a fim de elencar informações que serão utilizadas para a atividade de Catalogação;

XX - fabricante – entidade organizacional que tenha propriedade intelectual sobre o projeto e o controle da produção, e que seja a fonte de obtenção dos dados de característica dos produtos, ainda que em muitos casos não os produza fisicamente e nem os forneça, conforme preconizado pelo ACodP-1;

XXI - fiscalização – atividade exercida, de modo sistemático por qualquer representante da Administração, junto à CONTRATADA, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar o cumprimento do contrato em todas as suas cláusulas;

XXII - guia de Identificação de Item (**Item Identification Guide - IIG**) – ferramenta usada para identificar um item de suprimento por meio da descrição de suas características, com o objetivo de diferenciá-lo de todos os demais e estabelecer os dados suplementares necessários ao seu gerenciamento logístico;

XXIII - intercambialidade e substitutabilidade (I&S) – relacionamento entre itens que possuem característica mecânicas, físicas, químicas, de desempenho e funcionais tais que proporcionam a mesma performance para o cumprimento das condições e dos requisitos de aplicação estabelecidos. Os itens intercambiáveis possuem o mesmo desempenho e podem ser utilizados em substituição um ao outro, sem quaisquer restrições ( $A \Leftrightarrow B$ ). Os itens substitutos podem ser utilizados, em substituição a outro, apenas sob condições especificadas ou que superem a necessidade das aplicações específicas a que se destinam ( $A \Rightarrow B$ );

XXIV - item – termo genérico usado para denotar qualquer produto, incluindo equipamento, conjunto, subconjunto, peça, aparelho, acessório, matéria prima, etc;

XXV - item de produção – peça ou um conjunto de peças ou objetos agrupados sob um mesmo número de referência, em conformidade com os mesmos desenhos de projeto de engenharia, especificações e requisitos de testes de inspeção;

XXVI - item de suprimento – todo item de produção ou grupo de itens de produção definidos, por um serviço logístico qualificado (denominado autoridade logística), como necessário para a satisfação de uma necessidade específica. Deve ser gerenciado, ou por ser frequentemente adquirido, ou por haver necessidade de mantê-lo em estoque para utilização e/ou distribuição a órgãos que dele necessitam;

XXVII - lista de informações logísticas – lista a ser fornecida pela contratada, tipo planilha eletrônica, compatível com o software em uso no COMAER, conforme modelo a ser disponibilizado pela CONTRATANTE, e que deve conter a Documentação Técnica com os dados técnicos e os dados gerenciais de todos os Itens de Suprimento, objetos da CCC, e contidos na lista final de itens de suprimento;

XXVIII - lista Inicial de Itens de suprimento – listagem a ser fornecida pela ofertante, antes da assinatura do Contrato, a pedido da autoridade logística, contendo as informações preliminares a respeito dos Itens de Suprimento ligados ao material/equipamento a ser adquirido. Poderá basear-se na Lista de Itens Sobressalentes ou qualquer outra lista equivalente, conforme organização logística do fabricante;

XXIX - lista Final de Itens de Suprimento – listagem elaborada pela Autoridade Logística, tomando por base a análise da lista inicial de itens de suprimento fornecida pela ofertante e levando em consideração aspectos logísticos relevantes, tais como, necessidade de obtenção, nível de manutenção e alienação, dentre outros. Deverá ser anexada ao Contrato, como parte integrante deste;

XXX - material – termo que compreende equipamentos integrantes de componentes, acessórios, partes e peças de equipamentos, aeronaves e equipamentos componentes de seus sistemas, armamentos, munições, instrumentos e outros itens de emprego no COMAER;

XXXI - matéria-prima – substância bruta principal e essencial na fabricação de produtos;

XXXII - Número de Estoque da Aeronáutica (NEA) – código de uso interno do SISCAE. É composto por treze dígitos, sendo os quatro primeiros a classe do item, seguida de dois dígitos representativos da Força que o atribuiu (FA - Força Aérea) e de sete números internos de identificação (NII), não significativos, indicativos da sequência de catalogação dentro da Força. Possui todos os requisitos do NSN, podendo ser utilizado nas atividades da Gestão e nos Indicadores Logísticos;

XXXIII - Número de Estoque OTAN (**Nato Stock Number** - NSN) – é o número de estoque para um item catalogado seguindo os procedimentos do Sistema OTAN de Catalogação. É composto de treze dígitos, dos quais os quatro primeiros representam a classe do item, os dois seguintes representam

o índice de procedência de catalogação (código atribuído pela OTAN a cada país filiado ao SOC), e os sete últimos correspondem a uma numeração não significativa sequenciada;

XXXIV - número de Referência – número utilizado para designar um item de produção, atribuído por fabricante, distribuidor, ou qualquer órgão com ascendência sobre o projeto do item. São considerados como números de referência as seguintes informações:

- a) **part Number**;
- b) números de desenhos técnicos (projetos) do item;
- c) número de modelo ou tipo designado pelo fabricante;
- d) número de normas de especificação ou padronização;
- e) nome comercial do item, conforme batizado pelo fabricante;
- f) NIIN; e

g) outras informações consideradas importantes para o gerenciamento do item pela Seção de Catalogação ou Unidade de Catalogação.

XXXV - peça – um ou mais itens, fixos uns nos outros que, normalmente, não estão sujeitos à desmontagem, sem alterar as condições para as quais foram projetadas. Sem funcionamento independente, pertence a um equipamento, unidade, conjunto ou subconjunto;

XXXVI - referência – código alfanumérico sem extensão definida, atribuído a um item durante o processo de catalogação. É formado pelo agrupamento do código de empresa (NCAGE), seguido pelo número de referência que, regra geral, deve ser grafado tal como atribuído pelo fabricante;

XXXVII - sistema Logístico – conjunto de elementos integrantes e interdependentes que tem por finalidade realizar uma tarefa de apoio em proveito da missão principal de uma organização. No âmbito do COMAER, o sistema logístico da aeronáutica tem como ferramenta de gerenciamento o SILOMS;

XXXVIII - sobressalente – peça ou conjunto de peças destinadas a substituir qualquer peça ou conjunto de peças gastas, avariadas ou sob suspeita de iminente avaria em um equipamento, componente ou acessório;

XXXIX - subconjunto ou módulo – duas ou mais peças associadas, não chegando a produzir uma função específica, sendo, portanto, parte ou porção de um conjunto ou de uma unidade, que deve ser fornecido e substituído como um todo; e

XL - Unidade de Catalogação (UNICAT) – empresas públicas ou privadas certificadas pelo CASLODE para execução de serviços de catalogação e serão operacionalmente vinculadas a uma 3C, conforme a vinculação logística do item de interesse.

## **CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **Seção I Responsabilidade**

Art. 6º Compete a todos os Agentes da Administração envolvidos direta ou indiretamente nas atividades de planejamento, obtenção, fiscalização e recebimento de material adquirido a observância desta publicação e a responsabilidade pelo seu cumprimento.

## **Seção II**

### **Aplicabilidade**

Art. 7º A presente instrução aplica-se a todas as Organizações Militares do COMAER envolvidas na logística de materiais.

## **Seção III**

### **Catálogo e Logística**

Art. 8º O Ministério da Defesa, por meio do Manual MD42-M-02, aprovado pela Portaria Normativa nº 40/MD de 23 de junho de 2016, estabeleceu a Doutrina de Logística Militar, com a finalidade de fundamentar o planejamento e a execução das atividades logísticas das Forças Armadas Brasileiras, no cumprimento das suas missões. Nesse documento, a catalogação foi institucionalmente reconhecida como elemento fundamental para a execução das atividades logísticas, tendo sido inserida como atividade ligada à função logística de suprimento, embora seja consenso que a catalogação oferece subsídios importantes para a execução das demais Funções Logísticas elencadas no Capítulo III daquele Manual.

Parágrafo único. É imprescindível que a logística do COMAER tenha como uma de suas prioridades a adoção da catalogação como ferramenta logística funcional e essencial para a consecução dos seus objetivos, em todos os sistemas e áreas de atuação, buscando alcançar os benefícios propostos por esta ferramenta, quais sejam: redução de estoques e eliminação de estoques redundantes, economia na aquisição de itens e durante todo o ciclo de vida dos equipamentos, possibilidade de suprimento cruzado entre as Forças Armadas, interoperabilidade entre países participantes do SOC, melhor rastreamento das fontes de obtenção, dentre outros.

Art. 9º A efetiva gestão de uma cadeia logística de suprimento depende de ferramentas informatizadas avançadas. Estas ferramentas, além de promoverem a redução do custo ao longo do ciclo de vida, são imperativas para a agilidade logística, que, por sua vez, influencia diretamente a prontidão operacional.

Art. 10. A confiabilidade dessas ferramentas, bem como da gestão da cadeia de suprimento como um todo, depende, fundamentalmente, da identificação inequívoca dos itens de suprimento. O rigor e a precisão dessa identificação são vitais para a geração de produtos indispensáveis para os sistemas logísticos, quais sejam:

I - descrição completa dos itens de suprimento para todas as suas especificações mecânicas, físicas, químicas e de desempenho;

II - verificação cruzada entre os números de referência correspondentes a peças, conjuntos de peças ou objetos, e de seus códigos de barra correspondentes, de forma a assegurar que estejam em conformidade com os mesmos desenhos de projeto de engenharia, especificações e testes de inspeção representados pelo número de estoque;

III - informações sobre os perfis das organizações privadas e governamentais que fabriquem itens ou detenham a sua especificação técnica utilizada em reparo, manutenção, revisão, certificação e normalização dos itens de material e serviços;

IV - informações de utilidade gerencial para planejamento, implementação e controle de atividades logísticas;

V - informações específicas do interesse das atividades de mobilização, de certificação, de nacionalização e de acordos de compensação comercial, industrial e tecnológica (**off-set**); e

VI - informações referentes à padronização, especificação, certificação ou reprodução dos itens, dentre outras.

Art. 11. Conforme definições constantes desta instrução, a diferenciação entre os conceitos de Item de Produção e Item de Suprimento permite que a Logística da Força identifique, dentro do universo de materiais em uso, aqueles que exigirão o gerenciamento logístico nas suas diversas fases.

Art. 12. Em consequência, caberá às organizações com a prerrogativa de estabelecer as atividades técnicas ou as organizações gestoras, a tarefa de definir, dentro do universo de itens ligados aos sistemas, projetos e equipamento em uso ou que venham a ser adquiridos, quais itens representam interesse para a Administração, a ponto de serem considerados itens de suprimento.

Art. 13. Uma vez identificados os itens de suprimento sobre os quais será exercido o gerenciamento julgado pertinente, a sua inclusão nos sistemas informatizados de gerenciamento e controle logístico deverá observar os princípios e as regras de negócio da Catalogação, visando o aproveitamento das facilidades proporcionadas pela sistemática, além do alcance dos objetivos e benefícios já mencionados.

Art. 14. Desta forma, é fundamental que o sistema informatizado de gerenciamento de materiais, em uso no COMAER, seja perfeitamente aderente ao conceito de item de suprimento e ao seu gerenciamento por NSN, conforme regras de negócio do SOC e do SISCAD E

Art. 15. Nesse escopo, torna-se obrigatório que todos os itens de suprimento nos diversos sistemas, projetos e equipamentos utilizados pela Força estejam devidamente cadastrados e implantados no sistema informatizado e recebam, quando necessário, o NSN como forma de identificação inequívoca. Tal obrigatoriedade não faz distinção entre os itens de fabricação nacional ou estrangeira, de país participante ou não participante do SOC, uma vez que, para cada situação que se apresente, há uma regra de negócio preestabelecida e que visa à perfeita integração do item ao universo de itens existentes nos diversos catálogos federais de suprimento.

Art. 16. Assim, a sistemática de controle logístico de materiais, baseada precipuamente na referência do item (seu Número de Referência/**Part Number** e Código de Fabricante), deve utilizar o NSN, ou códigos internos equivalentes, que obedeçam à mesma estrutura e composição, como chave principal de inserção, manutenção e busca dos itens de suprimento, respeitados os conceitos de Intercambialidade e Substitutabilidade (I&S).

§ 1º Frise-se que a utilização do NEA atende perfeitamente ao conceito de controle logístico ora exposto, mas somente nos casos em que o NSN ainda não tiver sido atribuído ou nos casos em que a sua atribuição seja julgada desnecessária. Para tanto, o processo de criação do NEA, dentro dos Sistemas Logísticos da Aeronáutica, deverá observar as regras de atribuição de nome e classificação previstas no SOC/SISCAD E e deverá prever uma formalística própria de descrição do item que, quando não for possível observar as regras de negócio da catalogação, permita a descrição abreviada do item a fim de possibilitar sua perfeita e inequívoca utilização em relação ao item cadastrado.

§ 2 Para que seja efetivado o modelo de gerenciamento supracitado, deverão ser levadas a efeito a verificação e a alteração, quando necessária, dos dados dos itens já cadastrados e implantados nos Sistemas Logísticos ora utilizados pelo COMAER. Tal atividade ora denominada depuração, torna-se, portanto, obrigatória e de caráter permanente no âmbito da logística do COMAER, como forma de garantir a confiabilidade dos dados existentes e sua perfeita aderência ao modelo de gestão por NSN.

Art. 17. A atribuição de um número de estoque (NSN) permite acrescentar informações relativas a todas as atividades logísticas presentes na cadeia de suprimentos. Neste caso, a linguagem e

as ferramentas logísticas comuns são essenciais para a troca de informações técnicas e operacionais entre os elos da cadeia de suprimento, permitindo a interoperabilidade entre os mesmos.

Art. 18. A identificação e a codificação exercem um papel central dentro do conceito de Suporte Logístico Integrado (SLI), que busca maximizar a efetividade de qualquer sistema, desde a perspectiva operacional e financeira, até o conceito de ciclo de vida total, garantindo que o material esteja pronto para o uso durante o máximo período de tempo com o mínimo uso de recursos.

Art. 19. Desse modo, promover-se-á redução de custos e elevação de eficiência em todos os estágios de aquisição e gerenciamento dos recursos, desde a compra inicial, passando pelo suprimento, até o armazenamento, distribuição, redistribuição, manutenção, reparo e descarte. Haverá, portanto, racionalização dos estoques, com o repasse de itens, pertencentes a um usuário específico, para outros usuários; ou, então, consolidando os pedidos de obtenção dos diversos usuários do item, promovendo a competição entre os fornecedores, durante a obtenção, e reduzindo, portanto, as possibilidades de monopólio.

§ 1º Por conseguinte, a aplicação da catalogação deve ser efetivada à luz do ciclo de vida dos materiais e sob o firme argumento de que o ônus financeiro decorrente, antes de significar em dispêndio a fundo perdido, constitui-se em lucrativo investimento e garantia do suporte logístico necessário ao pleno e pronto emprego da Força.

§ 2º Ademais, o gerenciamento por NSN possibilita identificar claramente um conceito de item que satisfaça um requisito logístico e, a partir daí, investigar quais itens existentes no mercado estão adequados a esse conceito. Tal sistemática apresenta-se muito vantajosa em relação ao gerenciamento baseado apenas no *Part Number* (número de referência fabril), uma vez que possibilita identificar que diferentes itens disponíveis no mercado podem satisfazer a uma mesma aplicação, fator que tem grande potencial de gerar economia na aquisição de peças, redução dos níveis de estoques, identificação de itens intercambiáveis etc. Em suma, essa sistemática está no cerne de todo o potencial que a catalogação tem de gerar economia de recursos e auxiliar nas operações logísticas, dois de seus propósitos fundamentais.

#### **Seção IV**

##### **Visão Geral Sobre os Sistemas de Catalogação**

Art. 20. O Sistema OTAN de Catalogação (SOC) é o sistema concebido para propiciar aos países signatários OTAN uma maneira padronizada para identificar, classificar e codificar Itens de Suprimento. Atualmente, o referido Sistema está dimensionado para admitir países participantes aliados que não fazem parte da OTAN, mas que se alinham aos seus propósitos.

§ 1º O SOC é assim constituído:

I - AC/135 *Main Group* - grupo de diretores nacionais de catalogação. Colegiado composto pelos diretores dos NCB dos países OTAN, e por um representante da NSPA, que tem o papel de desempenhar as funções normativas e gerenciais do Sistema;

II - A/C 135 *Panel A* - colegiado composto por representantes técnicos dos países OTAN, Tier 2 e NSPA. É responsável pelo trato dos assuntos técnicos do Sistema e pela condução de estudos mais longos e detalhados sobre assuntos afetos ao Sistema, determinados ou não pelo *Main Group*;

III - NSPA - agência responsável pela logística de material e manutenção de equipamentos, a qual foram atribuídas as tarefas de secretariar as reuniões do *Main Group* e *Panel A*, bem como implantar e coordenar a execução das decisões tomadas nessas reuniões;

IV - BSC – grupo que trata das questões estratégicas e orçamentárias do A/C 135 *Main Group*;

V - TSWG - grupo de trabalho Permanente para Transformação do SOC e tem como objetivo pesquisar e propor ao AC/135 *Main Group* melhorias ou aprimoramentos sistêmicos para o melhor atendimento do propósito do SOC; e

VI - NCB - órgão de cada país pertencente ao SOC, responsável por centralizar as atividades de catalogação e por estabelecer o relacionamento internacional operacional com a NSPA e com os demais países integrantes do SOC. No Brasil, essa função é exercida pelo CASLODE.

§ 2º Os países da OTAN têm garantida a sua plena participação no SOC, já os países não-OTAN podem participar do SOC de duas formas, a saber:

I - país Patrocinado: aquele que celebra um acordo de patrocínio com o AC/135. Este país tem a possibilidade de progredir sua participação no sistema, chegando, dentro de certos limites, a opinar em alguns aspectos gerenciais do mesmo; e

II - país Não-Patrocinado: aquele que celebra um acordo bilateral com um ou mais países patrocinados pela OTAN ou Tier 2 para troca de dados de catalogação, sem que o país necessite homologar os acordos previstos para ingresso formal no Sistema.

§ 3º O desenvolvimento da competência plena de participação no SOC é um processo gradual de capacitação técnica. Esse processo reflete-se na divisão da participação de países patrocinados em dois níveis: *Tier 1* e *Tier 2*.

I - *TIER 1* (nível 1): nível básico de participação, composto por países que ainda não possuem sistema de catalogação estruturado ou que o possuem, porém ainda não plenamente aderente ao SOC. Este nível de participação é caracterizado pela transmissão de dados “em mão única”: os dados fluem dos demais países para o país *Tier 1* que, no entanto, não pode transmitir seus dados para o Sistema. Estes países não podem catalogar itens, mas podem solicitar a catalogação de itens e empresas a países OTAN ou *Tier 2*. Caso um país OTAN ou *Tier 2* necessite ter um item catalogado, fabricado em um país *Tier 1*, deverá, ele mesmo, executar tal procedimento. Países *Tier 1* podem, ainda, participar dos procedimentos de colaboração internacional de manutenção das Classes e dos IIGs, podem propor *NATO Codification System Change Request* - NCSCR (documentos que propõem alterações em procedimentos do SOC) e podem emitir *Problem Report* (documentos enviados a um país específico para comunicar problemas ocorridos na troca automática de dados de catalogação); e

II - *TIER 2* (nível 2): nível de participação criado para países que possuem um sistema de catalogação acreditado como completamente aderente aos princípios e regras do SOC. Além de todos os privilégios atinentes ao primeiro nível de participação (*Tier 1*), o nível 2 é caracterizado pela troca de dados em “mão dupla”: países *Tier 2* podem receber e fornecer seus dados (NSN atribuídos e empresas cadastradas) para o Sistema.

§ 4º Como regra geral, a responsabilidade sobre a catalogação de itens está dimensionada no SOC da seguinte forma:

I - o NCB do país OTAN ou *Tier 2* onde se situa o fabricante do item de suprimento é o responsável por sua catalogação, independente se a utilização do mesmo será no próprio país ou em outro; e

II - o NCB de país OTAN ou *Tier 2* que utilize item fabricado em país *Tier 1* ou não integrante do sistema é o responsável por sua catalogação, desde que o item não tenha sido catalogado por outro país.

§ 5º A responsabilidade do país que solicita a catalogação acontece da seguinte forma:

I - havendo Cláusula Contratual de Catalogação no processo de aquisição, informar ao país sede do fabricante do material ou equipamento objeto do contrato, por meio de formulário próprio (*NATO Form AC/135 nº 1, Parte A*, conforme modelo disponível no ACodP-1), que está interessado em obter os dados técnicos correspondentes e que, se necessário, poderá solicitar a catalogação dos itens de suprimento, informando também o contrato relacionado a sua aquisição;

II - incluir, no contrato de obtenção do material ou equipamento, a Cláusula Contratual de Catalogação solicitando dados destinados à catalogação e indicando como beneficiário de tais dados o NCB do país que realizará a catalogação;

III - realizar pesquisas preliminares na base de dados do SOC, a fim de evitar solicitação de dados técnicos para itens já catalogados dentro dos padrões mínimos exigidos em contrato;

IV - fazer contato com os fabricantes dos itens, visando à confirmação das referências informadas na documentação fornecida pela CONTRATADA, antes do envio da transação ou do pedido de catalogação ao NCB do país que irá catalogar os itens;

V - manter o NCB do país fabricante informado de qualquer alteração nos dados de identificação que possam afetar o conceito dos itens catalogados, enquanto durar o contrato, para que o país catalogador possa tomar as ações necessárias; e

VI - manter em seu poder toda a documentação relacionada aos itens catalogados fornecida pelo fabricante, em cumprimento à Cláusula Contratual de Catalogação.

§ 6º A responsabilidade do país que faz a catalogação acontece da seguinte forma:

I - responder, dentro de trinta dias, ao país solicitante a Parte B do *NATO Form AC/135 nº 1* preenchida, conforme modelo disponível no ACodP-1, informando as providências a serem tomadas, particularmente no que diz respeito ao “*status*” das ações de catalogação em andamento e a periodicidade desejada para o envio das solicitações de catalogação;

II - realizar os contatos com os fabricantes envolvidos para a confirmação das referências informadas pelo país solicitante e para coleta dos dados técnicos necessários à catalogação, caso não tenham sido enviadas anexas ao pedido de catalogação;

III - disponibilizar, ao país solicitante, dados sobre NSN porventura já atribuídos a itens constantes da solicitação;

IV - incluir o país comprador como usuário daqueles itens;

V - manter todos os usuários informados sobre qualquer alteração sofrida pelos itens catalogados; e

VI - manter arquivada a documentação recebida do fabricante e que possibilitou a catalogação.

Art. 21. O SOC é aceito e utilizado por todos os países signatários da Aliança OTAN e por países não membros que se disponham a seguir os preceitos dos Acordos de Padronização da OTAN (*NATO Standardization Agreements - STANAG*) e, de acordo como o ACodP-1, para a atividade de catalogação são previstos os seguintes Acordos:

I - STANAG 3150: estabelece um sistema uniforme de classificação de itens de suprimento;

II - STANAG 3151: estabelece um sistema uniforme de identificação e, além disso, prevê que os países signatários aceitem atribuir a um item de suprimento um número de estoque, denominado

*NATO Stock Number (NSN)*. Todavia, quando um item de suprimento for produzido em mais de um país, e estes concordarem que ambos são idênticos, deverá ser atribuído o mesmo NSN;

III - STANAG 4438: estabelece um sistema uniforme de disseminação de dados descritivos, gerenciais e referenciais associados aos NSN. A troca de dados entre os países sempre ocorre por intermédio da NSPA, que deverá fazê-lo de acordo com o Memorando de Entendimento (*Memorandum of Understanding*) - MOU, que estipula os serviços a serem prestados por aquela Agência. O MOU prevê que os países OTAN mantenham as suas informações de dados descritivos, gerenciais e referenciais atualizados de modo a serem disseminados livremente e de forma recíproca no âmbito da OTAN, só havendo a necessidade de acordos bilaterais nos casos excepcionais em que uma das partes os solicite. Desta forma, um país pode aceitar que os seus dados sejam disseminados por outros países ou pela NSPA, mesmo que com alguma restrição. A divulgação das informações descritivas e gerenciais entre países OTAN e não OTAN, bem como entre os países não OTAN, que não foram previamente autorizadas no MOU, pode ocorrer após acordos bilaterais entre países;

IV - STANAG 4177: estabelece os princípios e as regras para o estabelecimento de um sistema uniforme de aquisição de dados, no qual, sempre que aplicável, todos os seus signatários utilizarão cláusulas específicas em seus contratos de aquisição, ou mesmo contratos equivalentes independentes, visando à obtenção, junto aos fornecedores, de informações descritivas, gerenciais e referenciais julgadas úteis a todas as atividades logísticas; e

V - STANAG 4199: estabelece um sistema uniforme de intercâmbio de dados de gestão de materiais.

Parágrafo único. Nos editais de licitações e nos contratos de aquisições de itens que venham a ser introduzidos no acervo da Aeronáutica, deverão estar presentes tais mecanismos legais.

Art. 22. O Sistema de Catalogação de Defesa (SISCADE) é um sistema uniforme e comum para identificação, classificação e codificação de Itens de Suprimento das Forças Armadas Brasileiras e exclusivos do Ministério da Defesa, bem como demais Órgãos participantes. Foi concebido para possibilitar máxima eficiência no apoio logístico e facilitar a gerência de dados dos materiais em uso.

Art. 23. O SISCADE compreende procedimentos de codificação e intercâmbio de dados compatíveis com os padrões definidos pelo SOC, além daqueles peculiares ao desempenho da atividade de catalogação no âmbito nacional. Com isto, o Sistema tem como metas básicas aumentar a eficiência dos sistemas logísticos, facilitar o manuseio e a interoperabilidade, minimizar os custos logísticos das organizações usuárias e aumentar a eficiência nas operações logísticas.

Art. 24. O SISCADE tem como propósito coordenar a atividade de catalogação, a fim de contribuir para o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID) do país e para a efetividade da Logística de Defesa e da Mobilização Militar e prover ao MD e aos Comandos das Forças o conhecimento técnico, logístico e econômico-comercial sobre a BID, a fim de contribuir para a mobilização, a interoperabilidade e a gestão do ciclo de vida dos Sistemas e Produtos de Defesa (PRODE).

Art. 25. O SISCADE é formado por um conjunto de órgãos ou elementos pertencentes às diversas Instituições que, sem implicações administrativas e hierárquicas, recebem de um Órgão Central a orientação técnica-normativa no campo da catalogação, que tem seu contexto delimitado e regulado pelos dispositivos formais.

§ 1º A estrutura de Governança Operacional do SISCADE está dividida em cinco níveis de gestão e responsabilidades, a saber:

I - órgão de Supervisão Geral (OSG) - função atribuída à Chefia de Logística e Mobilização (CHELOG), trata-se da mais elevada instância no contexto da governança operacional do SISCAD e é responsável pela formulação de políticas, estratégias e diretrizes sobre a atividade de catalogação;

II - órgão de Direção Técnica e Gerencial (ODTG) - função atribuída à Seção de Catalogação do CASLODE, trata-se de órgão técnico que possui a função de estabelecer os modelos conceitual e tecnológico para o SISCAD, de elaborar e divulgar os textos normativos sobre o desenvolvimento do processo de catalogação, bem como supervisionar as atividades de catalogação realizadas nas 3C;

III - órgão de Coordenação Executiva (OCE) - função atribuída à Seção de Catalogação do CASLODE, trata-se de órgão executivo que possui a função de coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das fases do processo de catalogação, bem como estabelecer e interpretar a comunicação com o SOC. Executa as operações de catalogação comandadas pelos elos do SISCAD (3C das Forças e do MD) e representa o CASLODE nos fóruns técnicos e de assessoramento do SOC (TSG e *Panel A*);

IV - órgão de Controle Técnico e Gerencial (OCTG) - função atribuída à Organizações Militares subordinadas às Forças vinculadas ao SISCAD (3C das Forças e do MD) e responsáveis por promover e controlar o processo de catalogação no âmbito dos Sistemas de Apoio Logístico de cada Força Armada, estabelecendo a interface técnica e gerencial com a Seção de Catalogação do CASLODE; e

V - órgãos de Execução (OE) - função atribuída às Agências e/ou Seções de Catalogação e Unidades de Catalogação, tratam-se de órgão executivo que possui a função de compilar dados técnicos, proceder a classificação e a identificação dos Itens de Suprimento no âmbito do Sistema de Apoio Logístico da respectiva Força e submeter ao CASLODE, por intermédio de sua 3C, o processo de catalogação.

§ 2º A Comissão de Coordenação do Sistema de Catalogação de Defesa (CC-SISCAD) é uma comissão vinculada funcionalmente ao CASLODE, que atua como órgão de assessoramento do SISCAD e tem como propósito discutir e deliberar sobre os assuntos técnicos e operacionais afetos ao Sistema.

Art. 26. O Sistema de Catalogação da Aeronáutica (SISCAE), conforme Portaria nº 1.412/GC3, de 26.08.2014, foi instituído com a finalidade de promover o funcionamento, a manutenção e o desenvolvimento das atividades de catalogação de materiais e serviços no âmbito do COMAER, de acordo com os documentos que regem o SISCAD e o SOC.

Art. 27. O SISCAE tem como objetivos: aumentar a eficiência operacional e logística no COMAER; facilitar o manuseio de dados de materiais e minimizar os custos logísticos das organizações.

Art. 28. O SISCAE funciona conforme o estabelecido na NSCA 401-1 (Estrutura e Funcionamento do SISCAE), cuja edição é de responsabilidade do Centro de Catalogação da Aeronáutica.

Parágrafo único. A estrutura do SISCAE consiste de:

I - órgão Central: Centro de Catalogação da Aeronáutica, que cumpre, também, as funções de Órgão de Controle Técnico e Gerencial (OCTG) do SISCAD; e

II - órgãos Executivos: Seções de Catalogação, que cumprem, também, as funções de Órgãos de Execução (OE) do SISCAD.

## **Seção V**

### **Da Cláusula Contratual de Catalogação (CCC)**

Art. 29. A Cláusula Contratual de Catalogação é uma disposição incluída em contratos de aquisição de bens ou serviços, geralmente no âmbito de compras públicas ou militares, que estabelece a obrigatoriedade de que os itens fornecidos sejam devidamente catalogados no sistema logístico da organização CONTRATANTE. No contexto militar, como na Força Aérea Brasileira (FAB) ou em

organizações vinculadas ao Sistema OTAN de Catalogação, essa cláusula é crucial para garantir a gestão eficiente dos materiais adquiridos.

Art. 30. A CCC é regulamentada pelo Manual do Sistema de Catalogação de Defesa, MD40-M-02, no âmbito do Ministério da Defesa, e pelo Manual Eletrônico de Contratações Públicas do COMAER, anexo ao RADA-e, e torna obrigatória a inserção de cláusulas versando sobre catalogação em todos os editais de licitações e contratos de aquisição de meios, equipamentos, sistemas ou qualquer outro material.

§ 1º As regras de negócio do SOC preveem, nas STANAG 4438 e 4177, instrumentos que permitam a obtenção de tais dados e a troca de informações entre Países participantes, se for o caso, permitindo que o instituto da CCC esteja presente, também, nos contratos internacionais.

§ 2º O processo de aquisição pública com CCC acontece da seguinte forma:

I - o acesso e a utilização dos dados técnicos e gerenciais, destinados à catalogação, ocorrem por meio de uma estrutura organizacional sistêmica, envolvendo atividades administrativas e técnicas e seus respectivos agentes (planejamento, obtenção, gestão, manutenção, etc). Tais atividades correspondem a papéis que podem ser assumidos por uma ou mais Organizações do COMAER, dependendo da estrutura organizacional e da esfera de atuação, na elaboração e aplicação da CCC;

II - caberá às Organizações Gestoras do material a ser adquirido ou, ainda, às Organizações com a prerrogativa de estabelecer as atividades técnicas, a tarefa de definir que itens representam interesse para a Administração, como Itens de Suprimento, bem como definir, analisar e aceitar os dados de gestão, indicando o Agente Público que irá exercer a função de Autoridade Logística na elaboração e aplicação da CCC, de forma a assessorar à Autoridade Contratante;

III - a 3C da Força CONTRATANTE, conforme o item 15.3.2 do MD40-M-02, deverá ter participação ativa e prestar assessoria durante a elaboração da CCC, responsabilizando-se, também, pelas tarefas ligadas ao recebimento, análise e aceitação dos dados técnicos decorrentes. Assim, caberá ao CECAT definir, para um determinado processo de aquisição, qual Autoridade Catalogadora prestará o devido assessoramento, por solicitação da Autoridade Contratante;

IV - o CECAT designará um representante para exercer a função de Gestor ou Gerente de Catalogação nas aquisições que recomendem a formação de grupo de trabalho para definição dos requisitos (operacionais, técnicos, logísticos e industriais) e a consequente elaboração do contrato;

V - nos procedimentos relativos às licitações que contenham CCC, se pertinente, far-se-á necessário que a Comissão de Licitação ou o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio tenham conhecimento de catalogação ou seja assessorada por uma Autoridade Catalogadora designada pelo Órgão Central do SISCAE;

VI - caberá à OFERTANTE encaminhar para análise, quando da apresentação das propostas, a Lista Inicial de Itens de Suprimento, conforme definição do inciso XXVIII do Art. 5º desta instrução, justificando de forma simples o porquê de o item constar da Lista de Itens de suprimento; e conter, no mínimo, e a critério da Autoridade Logística, as seguintes informações: número de referência do item (PN) atribuído pelo fabricante, nome do item tal qual o fabricante atribuiu, NCAGE do fabricante do item (na inexistência deste, o nome do fabricante, com a obrigatoriedade de entrega dos demais dados para atribuição do NCAGE), NSN do item (se houver), unidade de fornecimento, categoria, controle do itens por lote e/ou *serial number* e preço unitário com moeda;

VII - a Autoridade Contratante deverá encaminhar a Lista Inicial de Itens de Suprimento com as justificativas à Autoridade Logística para que, após a análise pormenorizada da mesma, seja

elaborada a Lista Final de Itens de Suprimento, bem como definidos os dados de gestão a serem solicitados para tais itens. A lista deverá ser anexada ao Contrato, como parte integrante deste; e

VIII - o CECAT deverá designar membros, com conhecimento específico de catalogação, para compor os Grupos e/ou as Comissões encarregados da Fiscalização e do Recebimento, no acompanhamento e no cumprimento das etapas de catalogação constantes nos Contratos com CCC.

Art. 31. Devido à complexidade gerada pela diversidade de objetos e âmbitos de aplicação dos diferentes editais e contratos, há a necessidade de que a redação dos mesmos seja orientada por meio de um procedimento geral adaptável a cada contrato ou edital de licitação para aquisição de materiais e de seus Itens de Suprimento.

Art. 32. O CECAT disponibilizará modelos de CCC em sua página da *Intraer*, de *Internet*, bem como na página *Intraer* do SISCAE, que objetivam orientar a elaboração do texto da CCC, sem prejuízo de possíveis inserções do tema em cláusulas obrigatórias e fundamentais aos contratos administrativos, se necessário.

Art. 33. A elaboração das cláusulas deverá considerar: as especificidades do contrato, do seu objeto, os elementos técnicos e operacionais envolvidos; e a negociação entre as partes, que atenda o interesse da administração e o às necessidades logísticas do COMAER.

Parágrafo único. São procedimentos indispensáveis à aplicação de CCC:

I - a CCC deverá constar de todos editais de licitações e contratos de aquisição de meios, equipamentos, sistemas ou quaisquer outros materiais, nacionais ou estrangeiros, novos ou já existentes no acervo da Aeronáutica, conforme previsto no item 15.3.3 do MD40-M-02, bem como conforme o Manual Eletrônico de Contratações Públicas do COMAER, anexo ao RADA-e;

II - a entrega dos dados técnicos e gerenciais dos itens de suprimento previstos na CCC, conforme preconizado no item 15.4.1 do MD40-M-02, deverá estar descrita no contrato como um evento do cronograma de desembolso financeiro, devendo ser incluídas cláusulas de penalidades pelo seu não cumprimento;

III - o cronograma físico-financeiro, citado no item anterior, deverá conter o regime de desembolso vinculado às fases que dependam exclusivamente da Força Aérea Brasileira;

IV - a CCC deverá indicar, de forma clara, o prazo para entrega da documentação técnica correspondente, devendo, sempre que possível, determinar uma antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da entrega do material objeto do contrato. Caso a entrega do material necessite ser realizada parcialmente, a entrega dos dados técnicos e gerenciais correspondentes poderá ser feita também parcialmente, desde que haja previsão contratual para tal;

V - a CCC deverá conter a obrigação da CONTRATADA em entregar os dados técnicos e gerenciais dos itens de suprimentos objetos da cláusula, independentemente de a origem ser a própria CONTRATADA ou seus subcontratados. Em caso de dificuldades insuperáveis quanto à entrega dos dados mencionados, a Autoridade Contratante deverá ser notificada, para análise e assessoramento da Autoridade Catalogadora;

VI - a CCC deverá conter a definição dos dados técnicos e gerenciais dos itens de suprimento a serem solicitados à CONTRATADA. Os dados dependerão diretamente dos seguintes parâmetros: existência de NSN atribuído ao item de suprimento e tipo de catalogação utilizado pelo país que o catalogou, país de origem do real fabricante do item e o nível de participação do mesmo no SOC, tipo de material/sistema adquirido e todas as fases do seu ciclo de vida, níveis e modelos de manutenção e suporte logístico, sistema logístico onde o material/sistema está inserido, e necessidade de atualização

dos dados técnicos e gerenciais dos Itens de Suprimento já em poder da CONTRATANTE, considerando as informações inseridas nos bancos de dados dos seus sistemas logísticos;

VII - a CCC deverá conter a definição da forma de entrega da documentação técnica contendo os dados técnicos e gerenciais dos Itens de Suprimentos objetos do contrato e solicitados à CONTRATADA;

VIII - os dados técnicos e gerenciais correspondentes deverão ser entregues em idioma português para os itens fabricados no Brasil (país *Tier 2*), em países *Tier 1* e em países não participantes do SOC, e em inglês para os itens fabricados em outros países (países OTAN e países *Tier2*, exceto Brasil), não sendo aceito qualquer outro idioma, ainda que originário do fabricante do item;

IX - a CONTRATADA deverá ser notificada de que os dados técnicos extraídos da documentação do objeto do contrato, para efeito de catalogação, poderão ser utilizados para a troca de dados nacionais e/ou internacionais, de acordo com o SOC;

X - deverá constar em CCC cláusulas versando sobre a possibilidade da CONTRATADA emitir justificativas para não cumprimento de qualquer item da CCC, cabendo à Autoridade Contratante emitir parecer favorável ou não, com base no assessoramento da Autoridade Catalogadora;

XI - deverá constar em CCC a quem caberá todos os encargos financeiros decorrentes das ações visando à obtenção e organização dos dados técnicos e gerenciais, bem como a catalogação dos itens de suprimento, neste último caso quando a CCC assim determinar, independente de origem e procedência do objeto do contrato; e

XII - deverá constar em CCC o período em a CONTRATADA deverá fornecer, sempre que necessário, todas as informações a respeito de atualizações relativas às modificações de identificação ou de fabricação efetuadas nos equipamentos ou peças de reposição, alterações de endereços e identificação do fabricante e mudanças em dados de gestão do material.

Art. 34. Em que pese a obrigatoriedade da inserção de CCC em editais de licitações e contratos de aquisição de material, o Manual do SISCADE MD40-M-02 prevê situações em que a aplicação da CCC pode ser dispensada, a saber:

I - quando a aquisição for caracterizada por urgente, devidamente justificada, nos termos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021;

II - quando a Autoridade Logística, após a análise de custo-benefício, julgar que a aquisição dos dados técnicos e gerenciais é antieconômica. Tal parecer deverá ser emitido por escrito e dirigido à Autoridade Contratante que, antes de dispensar a aplicação da CCC, deverá solicitar o parecer técnico da autoridade catalogadora; e

III - quando a CONTRATANTE for produtor dos dados técnicos e gerenciais necessários à catalogação ou, ainda, quando tais informações atualizadas já estiverem em seu poder.

Parágrafo único. Ainda que definida a sua não aplicação, a CCC deverá ser mantida nos Editais e Contratos, devendo à Autoridade Contratante inserir o termo “não aplicável”, anexando os pareceres, termos e demais documentos que justifiquem o fato.

Art. 35. No que diz respeito à segurança de informações na elaboração e aplicação de CCC, deverá ser observado o seguinte:

I - qualquer Organização do COMAER, que manuseie os dados técnicos, obriga-se ao grau de segurança e confidencialidade, de acordo com a classificação estipulada pela CONTRATADA;

II - é de inteira responsabilidade das organizações, que solicitem e recebam documentação em decorrência de aplicação da CCC, cumprir as normas de segurança industrial, particularmente com referência a patentes e registros. Toda documentação manuseada deve estar devidamente classificada e arquivada, de acordo com o preconizado;

III - a CONTRATANTE não poderá utilizar ou permitir a utilização de qualquer resultado (intelectual ou industrial), originado da documentação fornecida em nenhum outro projeto, a menos que autorizado pela parte detentora dos direitos de propriedade e nas condições por ela estipuladas;

IV - as informações classificadas pela CONTRATADA, como segredo comercial ou industrial, não poderão ser divulgadas fora do círculo governamental sem a sua autorização expressa;

V - os direitos de propriedade industrial e intelectual, sobre toda documentação fornecida para o cumprimento da CCC, são assegurados à CONTRATADA nos termos da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, e Decreto nº 2.553, de 16 de abril de 1998; e

VI - é obrigatória a inclusão, na CCC, de subcláusula(s) versando sobre segurança de dados, de acordo com o previsto nesta Instrução.

### **CAPÍTULO III**

#### **DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 36. Aos Comandantes, Chefe e Diretores de Organizações da Aeronáutica compete a prestação do apoio necessário ao exercício das atividades técnica, gestora e de obtenção, visando à aquisição de dados para catalogação.

Art. 37. O CECAT, como Órgão Central do SISCAE, tem por obrigação inteirar-se e observar os acordos internacionais assinados pelo Brasil com outros membros do SOC, inclusive no que diz respeito aos custos associados às transações de catalogação.

Art. 38. A aplicação de CCC nos processos licitatórios para aquisição de sistemas, equipamentos, conjuntos, componentes, matérias-primas e qualquer material que configure ou contenha Itens de Suprimento deverá ser objeto de acompanhamento e fiscalização por parte dos órgãos de auditoria e controle interno da Aeronáutica.

Parágrafo único. Normas e instruções que tratam de licitações e contratações no âmbito do COMAER devem incluir instruções específicas sobre a obrigatoriedade da inclusão de CCC nos processos licitatórios.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 39. Os casos não previstos nesta Instrução serão resolvidos pelo Diretor do CECAT em consonância com as orientações do Comandante-Geral de Apoio.